

## O satélite venezuelano VRSS-2 e os seus impactos no Entorno Estratégico Brasileiro - EEB.

Matheus Marculino dos Santos<sup>1</sup>

**Figura 1** - Satélite VRSS-2 sendo testado na China antes de ser lançado.



Disponível em: <http://www.abae.gob.ve/?p=381>

Nos últimos anos, o crescimento econômico e militar testemunhado pela China foram fatores que elevaram as suas aspirações espaciais. Sob o comando de Xi Jinping, o país elaborou uma série de políticas para perseguir o status de principal potência espacial. Dentre eles, destacam-se a cooperação entre atores em desenvolvimento seguindo uma lógica Sul-Sul a fim de ampliar o escopo de seu programa espacial e sua influência.

Segundo Julienne (2021), em menos de duas décadas o país asiático alcançou o posto de potência espacial, e agora ele preenche todos os requisitos para isso: o acesso autônomo ao espaço, seu próprio serviço de geolocalização (Beidou) com alcance global e missões espaciais na Lua e em Marte. A autora acrescenta que somente em 2020, a China

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI-UERJ); e-mail: [matheus\\_rj96@hotmail.com](mailto:matheus_rj96@hotmail.com); Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9859-6823>

conduziu aproximadamente 200 lançamentos orbitais, sendo eles satélites civis, militares e comerciais (JULIENNE, 2021). Isso é uma clara demonstração do rápido crescimento do seu programa espacial em termos de tamanho e alcance, a ponto de desafiar ou até mesmo superar os EUA nas próximas décadas.

A política espacial ditada pelo Partido Comunista (PCC) é regida por uma série de documentos que norteiam o seu desenvolvimento e inserção internacional através de cooperação com países aliados, a saber: o 13º Plano Quinquenal entre 2016-2021 e o White Paper das atividades espaciais de 2016 (JULIENNE, 2021). Somados, eles elevaram a posição do seu programa espacial nos âmbitos político, econômico, diplomático e militar. Isso serviu para expressar o seu valor no desenvolvimento do país e a sua importância para se consolidar na principal potência internacional.

Uma forma de aumentar a sua influência espacial nos atores da América do Sul foi através da cooperação ou até mesmo o financiamento de satélites. Isso é notório nos casos envolvendo o CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite) no Brasil iniciada em 1988 e o satélite de sensoriamento remoto venezuelano VRSS-2 conhecido por António José de Sucre ou Sucre. As suas negociações começaram em 2014 e estão inseridas em um contexto de expansão da indústria espacial comercial chinesa, que cresceu consideravelmente graças às políticas adotadas pelo Estado. E também no chamado “new space”, que consiste no aumento de empresas privadas atuando no espaço sideral através da construção ou lançamento de satélites. Ele foi lançado em 2017 a partir do Centro de Lançamento de Jiuquan a bordo do Foguete Longa Marcha 2D e marcou uma nova abordagem na inserção chinesa por meio de generosos financiamentos podendo passar de 70% (BARTHOLOMEW, CLEVELAND, 2019).

Ele foi fruto da parceria entre a Agencia Bolivariana para Actividades Espaciales (ABAE) e a China Great Wall Industry Corporation (CGWIC), uma organização criada para fins comerciais controlada majoritariamente pelo Estado, e marcou o seu primeiro projeto em terreno latino-americano (BARTHOLOMEW, CLEVELAND, 2019). Essa organização foi responsável por projetar, construir e lançar o satélite venezuelano, destacando assim a vontade dessa parceria em construir um equipamento desse porte para um dos seus principais aliados na América do Sul (BARTHOLOMEW, CLEVELAND, 2019). Ele é o terceiro produzido pela China, sendo o primeiro um satélite de comunicações (VENESAT-1) lançado

em 2008 e o segundo em 2012 de sensoriamento remoto (VRSS-1) conhecido por satélite Simón Bolívar (IMBERT, 2016).

Essa forma de financiamento protagonizada pela China aos seus aliados ao redor do mundo é algo muito atrativo. Especialmente a Venezuela, que enfrenta uma grave crise econômica, política e social. Além disso, o país não possui capacidades técnicas nem materiais para desenvolver um satélite, um produto com alto valor agregado e que necessita de anos para desenvolvimento e pesquisa. Segundo Imbert (2016), o satélite VRSS-2 foi um marco na cooperação sino-venezuelana ao aprofundar a cooperação já existente entre os dois atores, promover o intercâmbio entre os técnicos e a transferência de tecnologia.

Vale ressaltar que isso é raro no âmbito espacial, pois o conhecimento espacial é de uso dual e pode ser aplicado em vários campos do conhecimento. Por exemplo, o atual satélite de sensoriamento remoto VRSS-2 é útil no monitoramento dos abundantes recursos naturais presentes na Venezuela, como é o caso do petróleo. Ele também serve no monitoramento de boa parte da América do Sul e Central, criando assim uma zona de influência venezuelana aos atores da região que por ventura queiram utilizar as imagens dos satélites cedidas para os seus próprios fins.

Atualmente, Brasil e Venezuela têm à disposição equipamentos espaciais produzidos a partir da cooperação com a China capazes de monitorarem os seus espaços regionais e pontos de interesse em comum, dentre eles a Floresta Amazônica. Apesar do Brasil abrigar a sua maior parte, ela também integra o território das nações vizinhas, como é o caso da Venezuela. Um satélite de sensoriamento remoto, a exemplo do CBERS pelo Brasil e VRSS-2 pela Venezuela, é útil no monitoramento dessa extensa área territorial e pouco povoada pertencente aos dois países. Esse local concentra riquezas naturais, que vão desde o minério de ferro, petróleo a água doce. Vale pontuar que cada vez mais elas estão sendo alvo de práticas extrativistas ilegais que perpassam as fronteiras de Brasil e Venezuela, criando assim problemas de segurança.

Tais fatores são um incentivo para eles terem seus próprios satélites capazes de monitorar de forma rápida e precisa o que acontece nessa região. Eles são os únicos atores com capacidades espaciais de monitorarem seus territórios de forma autônoma, garantindo assim a manutenção de sua soberania e a diminuição da dependência de satélites estrangeiros para fazerem o mesmo. Na figura abaixo, há a extensão da chamada Amazônia internacional, uma região de interesse tanto do Brasil quanto da Venezuela.

**Figura 2 - Extensão da Amazônia internacional**



Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51377232>

Tendo em vista o mapa apresentado acima, o conceito de Entorno Estratégico Brasileiro (EEB) é útil para entender esse novo satélite venezuelano fruto da parceria com a China. Ele engloba todos os 12 países da América do Sul, os 20 situados na costa ocidental africana e a Antártica. Além deles, há também territórios ultramarinos da França (Guiana Francesa) e Reino Unido situados no Atlântico Sul. Diante da quantidade expressiva de atores, a estabilidade da região e o incremento das capacidades espaciais venezuelanas é também uma questão de interesse brasileiro. Um dos motivos disso é que o espaço amazônico é objeto de segurança tanto da Venezuela quanto do Brasil. Por exemplo, o VRSS-2 oferece imagens de alta precisão úteis no monitoramento das fronteiras venezuelanas e no controle dos seus recursos naturais, melhorando assim os seus mecanismos de proteção e o acesso a eles.

Um outro cenário dessa seara geopolítica é o aumento da presença chinesa nos assuntos de defesa da região, com impactos diretos na sua influência regional. Isso é ainda mais notório no caso venezuelano, onde há um estreito alinhamento político e ideológico entre Nicolás Maduro e o líder chinês Xi Jinping. Apesar da China ser um ator extrarregional,

a sua força não pode ser negligenciada, pois ela utiliza dos meios diplomáticos e cooperação internacional para aprofundar os laços entre os atores. Levando em consideração a aproximação sino-venezuelana, a cooperação no âmbito espacial envolvendo o VRSS-2 pode ser o ponto de partida para outras relacionadas no campo de defesa, como é o caso da militar, exercícios em conjunto e a venda de armas.

Ela vem se estabelecendo em contraposição ao vácuo de poder deixado pelos EUA, um aliado histórico dos países do Entorno Estratégico Brasileiro, mas que nas últimas décadas não elaborou políticas específicas para a região. O principal motivo disso é que o seu foco estava no Oriente Médio e Eurásia, e não na América do Sul, uma região de relativa estabilidade internacional. A falta de estratégias de desenvolvimento norte-americana na área dos programas espaciais ofereceu oportunidades à inserção chinesa, que aproveitou desse contexto para se inserir de forma abrangente no Entorno Estratégico Brasileiro. Ela pode ser caracterizada por ter uma política mais assertiva de acordo com os anseios dos países de se inserirem no campo espacial e monitorarem os seus territórios de forma autônoma, diminuindo assim a dependência de satélites estrangeiros.

## **Referências**

- BARTHOLOMEW, C.; CLEVELAND, R. Chapter 4: China's Global Ambitions, Section 3: China's Ambitions in Space: Contesting the Final Frontier. In: \_\_\_\_\_ **2019 Report to Congress of the U.S-China economic and security review commission**. Washington: U.S government publishing office, 2019. p. 359-383. Disponível em: <https://www.uscc.gov>
- IMBERT, M. China-Venezuela space cooperation benefits and review. **Aerospace China**, 2016. 9p. Disponível em: <http://www.aerospacechina.org/CN/Y2016/V17/I4/47>
- JULIENNE, M. China's Ambitions in Space: The Sky's the Limit. **French Institute of International Relations (Ifri)**, janeiro 2021. 44p. Disponível em: <https://www.ifri.org/en/publications/etudes-de-lifri/chinas-ambitions-space-skys-limit>